

## QUESTÃO AGRÁRIA: desafios à classe camponesa<sup>1</sup>

Carlos Roberto Leoni<sup>2</sup>

Neste último século a classe camponesa foi marcada por profundas transformações, porém, apesar das mudanças, ela resiste e mostra sinais de sua existência, ainda que com uma nova “roupagem”. O novo está no fato de que esta classe percebeu que somente a posse de um pedaço de terra não é suficiente. É preciso que o Estado dê condições de vida e trabalho no campo, pois a situação agrária no Brasil é grave.

A questão agrária ainda hoje é tema de discussões e controvérsias que se arrastam por longos anos. No século XIX, a situação no campo já era questionada pelos geógrafos anarquistas. O russo P. Kropotkin e o francês E. Reclus denunciavam os graves conflitos existentes no campo, em especial no continente europeu, fruto do avanço capitalista. De um lado, camponeses que lutavam por melhores condições de vida, de trabalho e de acesso à terra. Por outro, a grande propriedade que cada vez mais se apossava das terras semeando a desagregação, a fome e a miséria nos campos.

Nas palavras de Reclus (Apud BOMBARDI, 2006): a grande propriedade era um problema social a ser superado.

[...] Ele abordou também os efeitos nefastos da grande propriedade sobre o meio ambiente e, ainda mais, mostrou que as pequenas propriedades eram mais produtivas do que as maiores. Enfim, pos

---

<sup>1</sup> Paper apresentado na disciplina “Geografia Agrária e Movimentos Sociais”, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida de Almeida, 2009.

<sup>2</sup> Acadêmico do 3º Ano do curso de Geografia-Licenciatura – UFMS/CPTL – e-mail: leoni.carlos@yahoo.com.br

em discussão a terra como reserva de valor e como mercadoria. A questão Agrária é tal como apontam os geógrafos anarquistas; uma questão latente [...] (BOMBARDI, 2006, p. 320).

Os rumos que a agricultura seguiu, nestas últimas décadas, sobretudo aqui no Brasil, têm sido responsável por grandes mudanças na estrutura agrária do país. A chamada “revolução verde” surge no país em 1970, sendo que ultimamente assume uma nova denominação: agronegócio. Neste seguimento econômico, se destaca a produção agrícola em grande escala, porém, uma produção agrícola não propriamente de alimentos e, muito menos, visando o abastecimento interno do país, mas, sim, uma produção de mercadorias para a exportação. Nessa conjuntura, o latifúndio e a monocultura ganham força e espaço. Segundo dados do IBGE, culturas tradicionais que fazem parte da mesa do trabalhador como feijão, arroz, café, vão perdendo a cada ano espaço para as chamadas culturas empresariais. (ALMEIDA, 2009).

A aliança terra/capital no Brasil proporcionou condições ideais para o avanço tecnológico no campo, gerando profundas mudanças no sistema agrário-agrícola. Esta aliança subsidiada, principalmente através de recursos públicos, possibilitou a entrada de grandes grupos empresariais no sistema agroalimentar do país que tem no lucro seu principal objetivo em detrimento da produção de alimentos, uma característica própria dos camponeses e das pequenas propriedades rurais. As empresas investem na produção agrícola em escala e, principalmente, no processo da mecanização que introduzido no campo expulsa milhares de trabalhadores, gerando o desemprego e conflitos sociais no campo.

Este modelo agrário-agrícola, baseado no monocultivo e na concentração fundiária, revela os novos rumos de nossa questão agrária. E, dessa forma, “[...]”

acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro, altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar tanto dos agricultores e suas famílias, quanto do país como um todo.” (GONÇALVES, 2004, p.211).

O “sucesso” atribuindo ao agronegócio, no tocante a produção gera, no entanto, dúvidas e contradições. Os números recordes alcançados nestas últimas safras de grãos, fato sempre muito comemorado pelo governo e amplamente divulgado pela mídia, é atribuído exclusivamente, e equivocadamente, ao agronegócio. Estes números escondem, por exemplo, a maneira perversa a que são submetidos os trabalhadores nestas empresas do agronegócio. Esta exploração aparece em denúncias como o da ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas, assassinatos, trabalho infantil, entre outros, sem nos esquecermos das atrocidades que também são causadas ao meio-ambiente. “[...] mas nem só de insumos modernos e commodity vive o agronegócio, ele também é responsável pela barbárie no campo, expressa na super exploração do trabalho, e no impasse ambiental fruto do modelo ‘agrário-agrícola’ insustentável”. (ALMEIDA, 2009, p. 10).

Entre algumas dessas atrocidades, merece destaque o uso crescente de fertilizantes e defensivos na agricultura, sobretudo, provocada pela expansão da área plantada que atinge o cerrado e, recentemente, a Amazônia e até o pantanal, causando impactos sócio-ambientais irreversíveis. “[...] quanto mais terras cultivadas, maior o consumo desses insumos, numa espiral ascendente que se nutre de terras baratas à frente e, na retaguarda, não raro terras são abandonadas pela erosão, dado o uso intensivo.” (GONÇALVES, 2004, p.218).

Diante desses fatos, cabe analisarmos a situação e perguntar: a quem realmente esse sistema agrário-agrícola beneficia? Que benefícios de fato essa aliança terra/capital pode trazer ao pequeno e médio produtor? Que vantagens são reservados aos municípios envolvidos pelo agronegócio? E seus moradores? E a classe camponesa?

[...] Esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos. (GONCALVES, 2004, p.227)

Cabe salientar, ainda que, apesar do agronegócio apresentar números crescentes de produção agrícola, fruto de grandes investimentos públicos e do elevado custo sócio-ambiental produzido, não foi, entretanto, capaz de acabar com a fome e a miséria, que se alastra pelos quatros cantos do mundo, e que caminha para seu aprofundamento em virtude do monopólio na produção de alimentos. “[...] A época, Josué de Castro, dizia que a vergonha não é que hoje exista a fome e, sim, que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la” (GONÇALVES, 2004, p.245).

Porém, diante de todas essas adversidades, a classe camponesa resiste e sobrevive. A luta pelo acesso a terra no Brasil continua. Contrariando, na visão do professor Ariovaldo Oliveira, muitas das correntes da geografia que apostam no desaparecimento dessa classe social. (BOMBARDI, 2006).

A luta do campesinato pela sobrevivência, pela continuidade de seu trabalho e de suas tradições, é marcada pela grande capacidade de criatividade, flexibilidade e adaptação diante das mudanças e transformações atuais. “[...] A explicação para essa tão grande resiliência, segundo Shanin, está na natureza da economia familiar, [...] pois, em situação de crise, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata. (MARQUES, 2008, p.52).

Se faz necessário valorizar a luta pela continuidade da classe camponesa e reconhecer, acima de tudo, a importância deste conhecimento tradicional. O desaparecimento deste segmento social poderia se transformar num terrível desabastecimento de alimentos, aprofundando a fome e a miséria, afetando sobretudo a camada mais humilde da população mundial.

Nesse sentido, entendemos que o sistema agrário-agrícola atual, deve ser repensado e siga um caminho complementemente inverso do que é visto hoje. Políticas públicas que valorize a permanência de pequenos produtores rurais e camponeses, no campo, precisam ser postas em prática. É necessário uma ênfase maior a produção de alimentos. Para isto, um maior volume de recursos financeiros, deve ser destinado a pequenos produtores rurais e camponeses, talvez, não em forma de financiamentos propriamente, mas porque não, efetivamente em forma de subsídios? É preciso valorizar mais a agricultura familiar, que se dê mais dignidade a quem trabalha com a terra, pois são eles que verdadeiramente produzem alimentos nesse país.

É necessário, ainda, que se pense nos problemas do processo migratório que a décadas aponta no sentido campo/cidade. O governo federal deve adotar

políticas no sentido de cessar esse processo migratório, proporcionando melhores condições de vida no campo e, conseqüentemente, melhorando também as condições de vida nas grandes cidades. Pois, talvez, a solução para grande parte dos problemas urbanos atuais, como bem destaca a professora Rosemeire Almeida da UFMS, pode estar justamente no campo.

É justamente nessa luta de resistência, pela continuidade das tradições camponesas, pela busca de melhores condições de vida, pela dignidade, pelo acesso a terra que está contida na função social da terra. Para que a Questão Agrária no Brasil seja de fato resolvida “[...] o princípio que deve nortear a reforma agrária no Brasil tem que ser o de justiça, onde a terra é dividida para melhor atender a função social, aqui entendida como uma questão agrária/ambiental/trabalhista e de bem-estar. (ALMEIDA,2009, p.13).

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST, uma organização social ligada ao campo e a classe camponesa nessa luta pelo acesso a terra, surge justamente com o objetivo de tentar mudar os rumos da questão agrária no país. Ele representa os anseios e esperança do trabalhador na luta por uma nova sociedade, que seja mais justa e digna. “[...] Uma base social disposta a lutar, que não aceita a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanece no campo e, sobretudo na região onde vive”. (STÉDILE, 1999, p. 17).

É necessário destacar que a luta do MST é, antes de tudo, legítima e necessária, e seu objetivo nobre, qual seja, o acesso a terra. E que só será alcançado através de união e da mobilização de todos. Sendo assim, é importante frisar que “as ocupações de terra continua a ser a principal forma de pressão que os

camponeses têm para de forma prática, fazer a reforma agrária e terem acesso direto a terra para trabalhar.” (STÉDILE. 1999, p. 117).

Para finalizar, quero ressaltar a importância da Geografia e, principalmente, do professor dessa ciência como instrumento para a transformação e busca por uma sociedade com mais justiça social e igualdade.

Assim, na prática e na elaboração desta geografia também libertária é que Ariovaldo Umbelino de Oliveira tem colocado para concluir com suas próprias palavras “o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social.” (BOMBARDI, 2008, p. 334)

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire A. A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil. *In: Semana de Geografia da Unemat*, 9. (SEMAGEO), 2008, Cáceres/MT. **Anais...** Cáceres/MT: Unemat, 2008. p.17-37. CD-ROM. ISBN 978-85-89898-88-1.
- BOMBARDI, Larissa M. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, *in: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES in: SUZUKI, Júlio C. (orgs.) Geografia agrária. Teoria e poder.* São Paulo: Expressão popular, 2006.
- GONÇALVES, Carlos W. A geografia da riqueza, fome e meio ambiente. *In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I.(orgs). O campo no século XXI.* São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 2007-253
- MARQUES, Marta I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio a reflexão teórica. *In: PAULINO. Eliane T.; FABRINI, João E. (orgs). Campesinato. Territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- STEDILE, J. P. E. FERNANDES B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.